Por Andrew Simek

Reunião tratou de aspectos societários, de governança e operacionais da A3, criada a partir de deliberação das filiadas da Agência para adequação ao novo marco regulatório

A AAAPV (Agência de Autorregulamentação das Entidades de Autogestão de Planos de Proteção contra Riscos Patrimoniais) apresentou, nesta segunda-feira (19), à Superintendência de Seguros Privados (Susep) o projeto da A3 – Administradora de Proteção Patrimonial Mutualista. O encontro marcou uma nova etapa da iniciativa, aprovada por unanimidade pelas filiadas da Agência em abril deste ano.

Durante a reunião, foram discutidos os principais aspectos relacionados à constituição da empresa, ao modelo societário, à governança e ao funcionamento. O encontro também permitiu esclarecer pontos do projeto e alinhar os encaminhamentos necessários para sua continuidade junto à autarquia.

Entre os temas abordados esteve a capacidade operacional para atuação em todo o território nacional. O modelo prevê o aproveitamento da experiência e da capilaridade das associações mutualistas, que já contam com estruturas e profissionais em diferentes regiões do país, favorecendo um atendimento próximo às realidades locais.

A iniciativa integra a adequação das entidades ao novo marco regulatório estabelecido pela Lei Complementar n.º 213/2025. A nova empresa terá atuação operacional própria, enquanto a AAAPV permanecerá dedicada à representação institucional do setor mutualista e à interlocução com os poderes públicos e órgãos reguladores.

Próximas etapas

Com a apresentação à Susep, o projeto entra agora em uma fase de consolidação. Os próximos passos incluem a organização da documentação societária e de governança, a definição da estrutura necessária ao funcionamento da empresa e o detalhamento do modelo operacional.

Para Theone Cardoso, diretor executivo da A3 e diretor de Relações Institucionais e Parlamentares da AAAPV, o encontro foi importante para orientar essa nova etapa. “Estamos construindo nossa administradora com responsabilidade, segurança jurídica e atenção às exigências regulatórias. O diálogo com a Susep nos permite aprimorar o projeto e seguir com bases sólidas para desenvolver um modelo preparado para atender às entidades em todo o país”, afirma.

Fonte: AAAPV,, em 20.10.2026